

**As Diretrizes Para Formação De Professores Do Banco Mundial: Um Breve
Histórico¹**

The World Bank Teacher Training Guidelines: A Brief History

DOI:10.34117/bjdv6n11-345

Recebimento dos originais: 19/10/2020

Aceitação para publicação: 17/11/2020

Flávia Monteiro de Barros Araújo

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Educação (FEUFF)

Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE)

Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências (PROPEC)

Endereço: Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco D, São Domingos, Niterói, RJ

E-mail: fmbaraujo@hotmail.com

Juliana Rodrigues de Oliveira Souza

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal
Fluminense (UFF)

Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ)

Endereço: Rua São Sebastião, 106 - Ingá, Niterói, RJ

E-mail: juliana.rosouza@gmail.com

Beatriz Maldonado

Universidade Federal Fluminense

Endereço: Rua Professor Carlos Cortes, número 32, Itaipu, Niterói, RJ

E-mail: beatrizmaldonadop@gmail.com

RESUMO

O estudo tem como objetivo resgatar as diretrizes elaboradas pelo Banco Mundial (BM) para a formação de professores. O texto destaca a trajetória de criação desta agência multilateral e busca, a partir da análise de documentos formulados por este organismo internacional, debater as orientações, posicionamentos e diretrizes desta instituição para a preparação dos docentes da educação básica. Destaca-se a relação entre educação e desenvolvimento econômico como um importante elemento na retórica do BM que aponta a centralidade e responsabilidade do professor para desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Nos textos, o BM indica fragilidades no processo de formação dos docentes, preconizando a necessidade de reforma educacional. Segundo a agência, é necessário reorientar os processos, tendo em vista a preparação de trabalhadores flexíveis para um mercado cada vez mais competitivo e transnacional. Nesse sentido, os atendimentos às demandas e imperativos do mercado se constituem como os eixos para o processo educacional.

Palavras-Chave: políticas educacionais, formação de professores, Banco Mundial.

¹ O estudo foi apresentado no XI Seminário Regional da ANPAE Sudeste / XI Encontro Regional SUDESTE da ANFOPE / XIV Encontro Estadual da ANFOPE-RJ / VII Seminário Estadual da ANPAE-RJ no ano de 2018.

ABSTRACT

The study aims to rescue the guidelines developed by the World Bank (BM) for teacher training. The text highlights the trajectory of the creation of this multilateral agency and seeks, from the analysis of documents formulated by this international organism, to discuss the guidelines, positions and guidelines of this institution for the preparation of basic education teachers. The relationship between education and economic development is highlighted as an important element in the rhetoric of the BM that points out the centrality and responsibility of the teacher for the development of student learning. In the texts, the BM indicates weaknesses in the process of teacher training, advocating the need for educational reform. According to the agency, it is necessary to reorient the processes, with a view to preparing flexible workers for an increasingly competitive and transnational market. In this sense, meeting the demands and imperatives of the market are the axes for the educational process.

Keywords: educational policies, teacher training, World Bank.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1980, a América Latina viveu o desafio da redemocratização política, ao mesmo tempo em que esses países eram assolados pelo endividamento externo, pelo agravamento das desigualdades sociais e pelo empobrecimento da população. No plano educacional, os problemas de financiamento, infraestrutura, as taxas de analfabetismo na população adulta, as dificuldades de universalização do acesso ao ensino fundamental e a baixa qualidade de ensino, constituíam questões desafiadoras. Questões estas agravadas pela escassez de investimentos e retraimento do setor público.

Nesta conjuntura de instabilidade econômica (TAVARES e FIORI, 1993) e transição política, colocou-se o imperativo do ajuste das economias do continente, preconizado pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como condição necessária à participação destes países nas trocas internacionais. Entre as reformas estruturais recomendadas pelas políticas de ajuste estavam a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial, a privatização do setor público e a redução do aparelho estatal. Esta doutrina liberalizante e privatizante, que tem nos citados organismos seus principais porta-vozes, questionou o modelo de desenvolvimento que orientou os países latino-americanos nas décadas precedentes, destacando o seu esgotamento e a necessidade de mudanças no paradigma econômico.

Neste cenário marcado por novos processos produtivos, pelo impacto das tecnologias da informação e maiores exigências com relação à qualificação da força de trabalho, foi conferido à educação um lugar privilegiado no desenvolvimento e na reestruturação econômica dos países periféricos, tendo em vista o objetivo de preparar os recursos humanos para uma maior competitividade nacional em uma economia cada vez mais global. A educação desponta como elemento chave capaz de formar capacidades cognitivas e atitudes básicas, assim como internalizar valores requeridos pela

transformação econômica. Assim, além de atender aos objetivos da produção e da busca por competitividade, a educação ganha centralidade para alcançar os objetivos político-sociais de legitimação da nova ordem internacional (CORAGGIO, 1996).

Neste contexto, destaca-se nos anos de 1990 a presença ativa das agências internacionais não só no financiamento, como na formulação de uma agenda de debates acerca das políticas educativas para o continente. Organismos como as Nações Unidas através de agências, programas e comissões regionais tais como a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO), a Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe da (OREALC), o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), além dos bancos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM) e da Comissão para Economia na América Latina (CEPAL), elaboraram diretrizes e recomendações que informaram as propostas educativas implementadas na América Latina nas últimas décadas.

É preciso assinalar, entretanto, que estes organismos não atuaram como um bloco monolítico, existindo diferenças no que tange às ênfases, aos objetivos e aos pressupostos contidos em seus projetos para a educação. Lembra Coraggio (2000) que o mundo das organizações internacionais não é homogêneo, nem entre elas nem dentro delas. Existem ambiguidades nos seus planos e, muitas vezes, entre seus próprios agentes que veiculam posturas dissonantes do posicionamento da instituição. Cada uma possui a sua história, seus interlocutores, seu campo de ação e suas estratégias de atuação.

Neste estudo, procuramos resgatar as proposições do Banco Mundial que forneceram diretrizes para o desenvolvimento de políticas para formação de professores no Brasil, considerando a relevância desta instituição no financiamento de ações e políticas no campo educativo. Como ferramentas metodológicas para esse artigo, utilizamos a pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) e a análise documental (MINAYO, 2008). O desenvolvimento da pesquisa envolveu o rastreamento da literatura sobre os organismos multilaterais, em especial sobre o Banco Mundial, com destaque para suas orientações, concepções e posicionamentos sobre a formação de professores. Foram examinados artigos e livros que propiciaram o aprofundamento e a problematização do tema. Debruçamo-nos sobre relatórios, artigos e publicações, disponibilizadas pelo Banco Mundial em sua página virtual, que veiculam conteúdos, projetos e planejamentos implementados pela agência.

É importante destacar que não desconhecemos que as diretrizes políticas elaboradas por estas instituições sofrem um processo de reinterpretação e tradução no contexto local. No campo das políticas educacionais, não existe aplicação linear. Entretanto, entender os preceitos de uma agência que participa ativamente do desenvolvimento e implantação de projetos, que oferece sugestões acerca

da tomada de decisões nos mais diversos âmbitos da política nacional e, ainda, estabelece acordos de subsídio econômico, é substancial para que possamos compreender as orientações relacionadas à formação de docentes que informaram programas e políticas nacionais.

2 BANCO MUNDIAL: BREVE HISTÓRICO DE SUA CRIAÇÃO

Nesta seção, resgatamos um pouco do histórico de implantação, e da organização e funcionamento desta instituição. Passadas algumas mudanças desde a sua criação na metade da década de 1940, após o fim da segunda Grande Guerra, o Banco Mundial, atualmente, é constituído por um grupo de 189 (cento e oitenta e nove) países e conta com uma equipe advinda de 170 (cento e setenta) dessas mesmas nações, tendo fixado escritórios em mais de 120 (cento e vinte) localidades pelo globo. No seu momento inicial, o Banco contava com 35 membros originais, entretanto, foram sendo incorporados novos países a partir dos movimentos de descolonização, e da fragmentação do bloco comunista do leste europeu (COZENDEY, 2013).

É importante salientar ainda, que o Grupo Banco Mundial é composto por 5 (cinco) instituições: o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), a Corporação Internacional de Finanças (IFC), a Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos (MIGA) e o Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI). Por conseguinte, cada uma delas possui incumbências particulares; o BIRD, por exemplo, é uma instituição financeira internacional responsável pelos encargos de ofertar empréstimos aos países em desenvolvimento. Juntos, o BIRD e a AID, que concentra sua assistência nos países mais vulneráveis, integram as duas principais colunas do Banco Mundial (COZENDEY, 2013).

Apesar disso, a IFC, responsável por promover o desenvolvimento da economia dos países auxiliados através do setor privado, a MIGA, que assegura e ajuda a estimular o investimento estrangeiro direto e o CIADI, encarregado de mediar e conciliar os acordos de investimento, também dispõem de funções tão formantes quanto o BIRD e a AID na constituição do grupo Banco Mundial. Este, por sua vez, tendo o status de maior e mais afamado banco de desenvolvimento do mundo, tem sua sede em Washington DC (Estados Unidos) e é presidido por um cidadão estadunidense². No mais, a sua organização se assemelha em alguns pontos com a que é utilizada pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e o sistema de poder de voto utilizado é um exemplo disso. Esse método é distribuído através da participação de cada país e um conselho composto por 25 (vinte e cinco) diretores, onde o

² David Malpass assumiu a função de Presidente do Grupo Banco Mundial em 9 de abril de 2019.

Brasil representa países como a Colômbia, Equador, Guiana, República Dominicana e outros. Em 2010, o sistema de poder de voto foi revisado pelo Banco numa tentativa de oferecer mais representatividade e voz aos países em desenvolvimento. Atualmente, Estados Unidos e Japão são as nações que possuem uma maior percentagem no poder de voto.

A proposta que sugeriu a criação dessas agências partiu da potência estadunidense que intensificava seu poder econômico e político em decorrência de seu papel na Segunda Grande Guerra (1929-1945), além de também ter se tornado um país credor, fato que lhe conferiu mais influência e controle sobre as decisões que seriam tomadas. Por conseguinte, é na Conferência de Bretton Woods (1944) quando foi deliberado sobre os rumos e decisões necessários para o futuro dos países no pós-guerra, que ocorreu a criação do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução do Desenvolvimento) e do FMI (Fundo Monetário Internacional). Segundo Barreiros:

Bretton Woods, aldeia bucólica nas montanhas de New Hampshire, foi escolhida, então, como cenário para as negociações que traçariam o rumo da reconstrução da economia capitalista mundial. Tinha início, então, em Julho de 1944, a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. O principal desafio a ser enfrentado pelas delegações reunidas era o de ultrapassar os entraves e resquícios deixados pelas instituições falidas no Entre-Guerras, sem que isso significasse prejuízo significativo na projeção internacional de seus estados (2009, pg. 517).

O Brasil, aliado dos Estados Unidos na Segunda Guerra, era uma das nações presentes e que negociou os acordos em Bretton Woods. A delegação brasileira era chefiada por, Artur de Sousa Costa, que participou dos comitês de coordenação da conferência.

É de comum acordo que os planejamentos ali oferecidos seriam de interesse norte americano, bem como os posicionamentos que o Banco viria a tomar, atendendo às demandas do modelo econômico ao qual respondiam. A regulação das políticas econômicas internacionais foi o grande pivô para que o Banco viesse a ser implantado, uma vez que parte das nações se encontrava extremamente fragilizada nas esferas estrutural e socioeconômica, consequência direta do conflito. Essas instituições financeiras tinham o intuito de assegurar a estabilização monetária e cambial, e o máximo de auxílio possível para que o novo sistema financeiro tivesse êxito e, para isso, eram concedidos empréstimos aos países que assim demandam, além de enxerto de capital e investimentos imediatos ou a longo prazo. É dentro dessa perspectiva de subsídio que o Banco Mundial, posteriormente, viria a disponibilizar capital, visando o desenvolvimento de países periféricos e seus respectivos processos de industrialização.

Todas essas diligências estavam predispostas de maneira semelhante em diversos países latinos americanos à época. Somado a isso, havia ainda o clima de instabilidade promovido pelo desenrolar

do embate entre as forças estadunidenses e a recente União Soviética, representando os interesses de duas ideologias distintas: capitalismo e socialismo. A bipolaridade geopolítica que naquele momento passou a assolar nações ocidentais e orientais teve tantas influências diretas no território latino, vide Revolução Cubana (1959), quanto indiretas, a exemplo do fervo político instaurado no Brasil e que, coincidentemente, também dividia o país em determinados aspectos ideológicos, inclusive tratando-se da Educação.

Foi nesse contexto que os empréstimos cedidos por órgãos internacionais para que o Brasil superasse as adversidades financeiras que se ampliou o poder de influência desses mesmos grupos no país, perpetuando um aval de atuação do Banco Mundial sob a justificativa de assistência para que fosse possível nossa integração efetiva no ritmo da economia globalizada.

3 BANCO MUNDIAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Desde os anos sessenta o Banco Mundial vem financiando projetos educacionais, tendo em vista seus propalados objetivos: contribuir para redução da pobreza no mundo e melhorar a qualidade de vida dos povos. Nos primeiros projetos foi concedida importância à construção da infraestrutura escolar. O primeiro financiamento de US\$ 5 milhões foi realizado, em 1962, para a construção de escolas secundárias na Tunísia. Posteriormente, o organismo se voltou para a qualidade dos processos educativos. Problemas como o acesso ineficiente e pouco equitativo, níveis baixos de aprendizagem e a insuficiente capacidade institucional haviam se tornados mais evidentes e melhor compreendidos (BANCO MUNDIAL, 1996).

Nas décadas de 1980 e 1990, a política do Banco Mundial sofreu alterações importantes: aumentaram os recursos destinados à educação, evidenciando o novo lugar deste setor no conjunto das políticas setoriais. Com a Conferência Mundial de Educação para Todos³, marco neste processo, a ênfase do Banco Mundial volta-se para a educação básica, destacada como a prioridade da década nos acordos de Jomtien (1990). A mudança operada, em consonância com os objetivos acordados na Tailândia, reflete na diversidade da carteira de investimentos. Da ênfase na infraestrutura a atenção volta-se para aspectos intangíveis como capacitação de professores, assistência técnica, reformas de ensino (BANCO MUNDIAL, 1996).

Na atualidade, o Banco Mundial é a principal fonte de financiamento externa para a educação nos países em desenvolvimento. Através de projetos de cooperação financeira e técnica este organismo

³ A Conferência contou com a participação do Programa das Nações Unidas Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial.

vem desempenhando, nas últimas décadas, papel estratégico na definição de políticas educacionais, impondo diretrizes para reforma dos sistemas de ensino dos países em desenvolvimento. Os empréstimos financeiros são parte de uma proposta articulada, de um pacote de medidas que abrange um amplo conjunto de aspectos vinculados à educação. As orientações preconizadas por esta agência multilateral contemplam desde aspectos relativos ao gerenciamento de sistemas até o cotidiano das salas de aula (TORRES, 1996, pg. 162).

Na perspectiva do Banco Mundial, a educação é importante, pois:

(...) produz conhecimentos, habilidades, valores e atitudes. É essencial para a ordem cívica e a cidadania e para o crescimento econômico sustentado e a redução da pobreza. A educação também é essencial para a cultura; É o principal instrumento de divulgação das conquistas da civilização humana (BANCO MUNDIAL, 1996, pg. 11).

A educação ganha centralidade na medida em que pode contribuir de forma decisiva para construção de sentidos, formação de visão de mundo, legitimando valores de uma sociedade orientada para o desenvolvimento do mercado transnacional. O objetivo é reorientar os processos educativos, reformar a educação, de acordo com o Banco Mundial. Chama atenção a nova retórica da reforma que subordina os processos educativos às necessidades econômicas. O cerne da reforma passa a ser a preocupação com o crescimento, a produtividade, a competitividade mundial e a equidade social (BANCO MUNDIAL, 1996). A crença no papel da educação na promoção do desenvolvimento econômico constitui um dos elementos centrais deste discurso veiculado pelo BM.

Nas últimas décadas assistimos a uma grande evolução na educação brasileira, evidenciada pelo aumento nas matrículas, continuidade das crianças nas escolas e melhoria na igualdade de gênero, tendo em vista a implantação de políticas educacionais e de investimentos nacionais sustentados (BANCO MUNDIAL, 2011). Entretanto, apesar das transformações percebidas, para o BM os resultados e a qualidade do ensino ainda são baixos, ao mesmo tempo em que há um aumento nos gastos governamentais (BANCO MUNDIAL, 2017). Para o BM, a ineficiência do gasto em educação básica seria elevada, ineficiência evidenciada pelas taxas de reprovação e evasão escolar. Também concordamos com Lima (2020, pg. 21563) quando ele coloca que

O projeto da UNESCO para a educação na América Latina e no Caribe necessita estar atento ao combate às desigualdades de oportunidades como também repensar a escola equânime com vista a caminhar no rumo da escola igual para todos, efetivamente.

Mesmo com grandes avanços na universalização e desenvolvimento da educação primária universal, muitas crianças saem da escola sem terem construído aprendizagens básicas. A nova

estratégia do BM destaca a importância da aprendizagem escolar, considerada como extremamente baixa. Para o BM:

(...) o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não no número de anos que passaram sentados numa sala de aula (2011, pg.3).

A formação de professores ganha importância estratégica nas orientações do organismo multilateral na medida em que é considerada como um insumo que impacta a aprendizagem, a qualidade de ensino e, conseqüentemente, a economia.

A responsabilidade da aprendizagem recai sobre o professor. Segundo o BM, uma professora eficaz afeta a vida de alunos, propiciando a construção de habilidades e competências por parte de seus alunos. Da mesma forma que, com um professor considerado ineficaz, muitas vezes os discentes não aprendem e acabam abandonando os estudos ou, perdendo os anos fundamentais para o desenvolvimento de habilidades.

A baixa qualidade dos professores é considerada como fator limitante para o progresso da educação (BRUNS e LUQUE, 2014). Apesar da elevação no nível acadêmico, com a transição da formação de docentes em nível médio para o superior, as habilidades cognitivas dos docentes seriam precárias:

(...) o nível de educação formal dos professores hoje é mais elevado do que o de todos os outros profissionais e trabalhadores técnicos e consideravelmente mais alto do que o dos trabalhadores burocráticos. No entanto, o aumento na educação formal é prejudicado pela evidência de que os indivíduos que ingressam no magistério na América Latina são academicamente mais fracos do que o conjunto global de estudantes do ensino superior (BRUNS e LUQUE, 2014, pg. 7).

De acordo com o Banco Mundial, nenhum outro fator é mais crítico e determinante do que a qualidade dos professores. Entretanto, a profissão permanece desprestigiada:

Os requisitos para ingresso em cursos de licenciatura são fracos e a formação é de baixa qualidade. É além da pouca seletividade na contratação de professores para os sistemas educacionais estaduais e municipais, os salários não são vinculados do desempenho. A mudança desse paradigma exigirá reformas coordenadas de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal. (BANCO MUNDIAL, 2017, pg. 121).

O banco assinala que a formação inicial do professor é precária e que os requisitos são baixos. A necessidade de um novo papel docente ocupa um lugar destacado na retórica do Banco Mundial. Nos documentos subjazem concepções de formação como um processo contínuo que ocorre em

diferentes circunstâncias, ao longo da carreira. O docente é visto, não mais como um transmissor, mas um mediador da aprendizagem, devendo programar processos de trabalho mais colaborativos. Para preparar este profissional, os modelos “antigos” de formação que privilegiam mais os aspectos teóricos, em detrimento dos práticos deveriam ser reformulados. A tônica destes processos deveria recair sobre a participação e a observação em situações reais nas escolas (BANCO MUNDIAL, 2003).

A prática então emerge como eixo da formação docente. Estas novas concepções de processo formativo auxiliam a revisão dos métodos e das práticas atuais dos professores, considerados inadequados para responder às demandas do mercado. As mudanças na preparação dos docentes são para o Banco componente importante da reforma educativa, concebida como uma tarefa urgente para que os países periféricos.

Para que a reforma educativa se efetue, é preciso mudar as práticas, a cultura e os processos formativos dos docentes. As propostas atingem fundamentalmente dois campos: o curricular e o institucional. As mudanças curriculares implicam em novas definições acerca do conhecimento que deve ser ensinado aos futuros professores, em produção de significados e de identidades. As discussões buscam traçar o que o professor deve saber suas competências, incumbências e como ele deve ser preparado. No campo institucional a ênfase recai sobre a necessidade de transformarmos a cultura das escolas de formação, superando-se a excessiva burocratização e imobilismo diante das novas demandas.

A formação e capacitação docente, são pensadas em relação a sua eficiência e custo-benefício. A exemplo disso, a educação continuada é priorizada para que se produza um profissional competente no sentido técnico, melhorando seu desempenho e fazendo com que o professor tenha um maior domínio dos assuntos que ministra nas salas de aula. Melhorar os conhecimentos dos profissionais da educação faz parte dos insumos que o Banco entende como fatoriais para a qualidade educativa do ensino básico. Entretanto, segundo o BM, é preciso avaliar os programas de formação continuada que consomem recursos financeiros e variam de qualidade em diversos países.

A sugestão de formação continuada é anexada à promoção de ensino a distância, considerada mais econômica do que a modalidade presencial. Uma vez que os professores tenham sido contratados, é tarefa do sistema escolar torná-los o mais eficazes possível. Para isso, é necessário avaliar, gerenciar e apoiar o desenvolvimento individual da sua capacidade e criar uma comunidade profissional de professores, tanto nas escolas como em todo o sistema escolar. Segundo o BM, melhoria da qualidade dos professores no Brasil exigirá o recrutamento de indivíduos de mais alta capacidade, o apoio ao melhoramento contínuo da prática, e a recompensa pelo desempenho. (BANCO MUNDIAL, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O BM sugere uma reforma educacional a fim de atender às demandas que se formam, tais como um trabalhador mais eficiente e produtivo com valores que aspiram a competitividade, flexibilidade, eficácia e produtividade no ambiente de trabalho. A educação é vista como um canal para a transmissão desses requisitos, e a função do professor é focalizada como fundamental nesse processo.

Nos relatórios e documentos do Banco Mundial destacam a centralidade da função docente, atribuindo ao professor uma grande responsabilidade no que tange a qualidade da educação e a aprendizagem dos alunos. Sobressaem as críticas aos processos formativos vistos como frágeis para preparar profissionais capazes de atender demandas complexas.

Embora as questões que envolvem a carreira, o salário e as condições de trabalho sejam lembradas nos documentos da instituição, não são assinaladas como centrais para o resultado e o desenvolvimento do trabalho. Lembramos que em nosso país, problemas de desvalorização, remuneração insuficiente e jornadas de trabalho ainda se encontram pendentes para que se alcance a qualidade que se preconiza.

Por último, mas não menos importante, a educação continuada, já citada neste texto, também se configura como proposta viável de melhoria para o ensino, bem como a formação adequada de professores, que necessita ser acompanhada de medidas que resolvam as complexas adversidades da profissão, para que sejam garantidos resultados positivos a partir dos projetos e iniciativas sugeridos e implementados que garantam a participação e autoria dos docentes.

REFERÊNCIAS

AMORIM, F. C. L.; LEITE, M. J. S. A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A DEFINIÇÃO DE UM AJUSTE INJUSTO. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 11, n. 28-41, abr. 2019.

BANCO MUNDIAL. El desarrollo en la práctica: Prioridades y estrategias para la educación: examen del Banco Mundial. Washington: Banco Mundial, 1996. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/pt/715681468329483128/pdf/14948010spanish.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2020.

_____. Aprendizagem para todos. Estratégia de Educação 2020 do Grupo Banco Mundial. Resumo Executivo, Washington: Banco Mundial, 2011.

_____. Aprendizaje permanente en la economía global del conocimiento: Desafios para todos los países en desarrollo. Colombia: Alfaomega Grupo Editor, S.A, 2003. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/346561468281387271/pdf/260010Spanish.pdf>. Acesso em 26 de outubro de 2020.

_____. Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil. Grupo Banco Mundial, 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

_____. Relatório de Desenvolvimento Mundial. Aprendendo a Realizar a Promessa da Educação. Washington: Banco Mundial, 2018. Disponível em: www.worldbank.org/educationstrategy2020.

BARREIROS, D. P. Atuação da Delegação Brasileira na Formulação do Acordo Internacional de Bretton Woods (1942-1944). *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (2): 2009, pg.515-571

BRUNS, B.; LUQUE, J. Professores excelentes. Washington: Banco Mundial, 2014.

BRUNS, B.; EVANS, D.; LUQUE, J. Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil: próximos passos. Washington: Banco Mundial, 2011.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problema de concepção? TOMMASI, L.; WARDE, M. J. e HADDAD, S. (orgs.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.

COZENDEY, C. M. B. Instituições de Bretton Woods: desenvolvimento e implicações para o Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.

GIL, A. C. Entrevista. In: *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, R D'O. Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais Em Contexto Neoliberal. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n.4,p.21553-21564, 2020.

MINAYO, M. C. S (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PRONKO, M. O Banco Mundial no campo internacional da educação, em PEREIRA, J.M.M. e PRONKO, M. (orgs.). *A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde*, Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014, pg. 89-112.

ROMMINGER, A. E. *O grupo Banco Mundial: origem, funcionamento e a influência do desenvolvimento sustentável em suas relações*. Brasília, 2004.

TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J. e HADDAD, S. (orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.